



UNISUL

UNIVERSIDADE DO SUL DE SANTA CATARINA
RAQUEL COLETA DA SILVA

EDUCAÇÃO INCLUSIVA
UTILIZAÇÃO DE PROFISSIONAL DE APOIO DENTRO DE SALA AULA
REGULAR E SUAS QUALIFICAÇÕES

Barretos-SP
2017

RAQUEL COLETA DA SILVA

EDUCAÇÃO INCLUSIVA
UTILIZAÇÃO DE PROFISSIONAL DE APOIO DENTRO DE SALA AULA
REGULAR E SUAS QUALIFICAÇÕES

Projeto de pesquisa apresentado à disciplina de Introdução Processos Investigativos, do Curso de Graduação em Pedagogia, no primeiro semestre de 2017, sob a orientação da professora Me. Daniela E. Monteiro Will.

Resumo: Durante as últimas décadas temos vivenciado um movimento crescente e irreversível de inclusão dos alunos com necessidade de Atendimento Educacional Especializado em sala de aula regular. Este trabalho investigou as bases gerais sobre o assunto e abordou o tema da inclusão na Escola Municipal Anália Franco, no município de Barretos, que recentemente implementou a contratação do profissional de cuidados diários “cuidador” para atuar dentro de sala de aula. Foi realizada uma pesquisa qualitativa para levantar as qualificações dos profissionais, dificuldades, facilidades e resultados obtidos nesta experiência, apontando oportunidades de melhorias ampliando espectro de discussão sobre o tema.

Palavras-chave: Inclusão. AEE. Cuidador. Qualificação

1 INTRODUÇÃO

O presente artigo tem como tema a Educação Inclusiva, em especial, a atuação do profissional de apoio dentro de sala de aula regular, denominados “cuidadores”.

As observações, coleta de dados e entrevistas foram realizadas dentro do espaço físico da Escola Municipal Anália Franco, localizada na cidade de Barretos-SP, cidade que vem experimentando a aproximadamente dois anos a inclusão de alunos com necessidades de AEE com uso do profissional de apoio.

O AEE é um serviço da Educação Especial que identifica, elabora e organiza recursos pedagógicos e de acessibilidade que eliminem barreiras para a plena participação dos alunos, considerando suas necessidades específicas. Ele deve ser articulado com a proposta da escola regular, embora suas atividades se diferenciem das realizadas em salas de aula de ensino comum (MEC 2009).

Inicialmente foi estabelecido um paralelo entre a legislação e experiências de outras instituições sobre o tema, e deste contexto surgiu a necessidade de realizar o questionamento base, cuja busca de sua resposta norteou os caminhos que a pesquisa deveria percorrer: Como a rede municipal de Barretos está organizada quanto ao atendimento dos estudantes com transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades em sala de aula comum?

Tema de relevante importância para educação seja pela obrigatoriedade exigida por lei e suas consequências, seja pela importância que representa para toda sociedade, a inclusão dos alunos com necessidades de AEE aqui foi analisada quanto a sua base legal e literatura pedagógica existente, fornecendo uma direção para a investigação e aprofundamento necessários para chegarmos a determinadas conclusões.

Com a problemática estabelecida adveio então a necessidade de abordar os principais atores deste processo, a Escola e os profissionais responsáveis por este processo.

Com o escopo de abordar os atores reais deste processo e trazer esclarecimentos para uma abordagem mais crítica sobre o assunto, uma pesquisa qualitativa abrindo questões como: as possíveis dificuldades encontradas no processo de inclusão educacional na Escola Municipal Anália Franco; papéis do “cuidador” e do professor, quanto aos cuidados e na docência do aluno com

necessidade de AEE; e ausência de formação específica em pedagogia, dentre os profissionais que exercem a função de auxiliares do profissional do AEE na Escola Municipal Anália Franco no Município de Barretos.

O trabalho foi estruturado em cinco subitens, a primeira, a Introdução onde nos encontramos, na sequência foi abordada a questão da base legal e documental sob o tema Fundamentação Legal e bem como através de seus subitens: Problema de Pesquisa e Problematização e Justificativa, delimitou a razão de ser desta proposição, a qual foi seguida pela Discussão dos Resultados, onde toda a pesquisa qualitativa envolvendo os professores e “cuidadores” foi analisada, mensurada e apresentada de forma a permitir no ultimo item, a Conclusão, uma visão que partiu do abrangente para o particular, do genérico para o específico, finalizando o presente artigo, sem pretender, no entanto, esgotar o vasto assunto aqui trazido a baila.

2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

O conceito de escola inclusiva, assim como o conceito de inclusão, passou a ser discutido com mais propriedade a partir da Declaração de Salamanca (1994, p. 10) que estabelece as seguintes determinações a este respeito:

Todas as crianças, de ambos os sexos, têm direito fundamental à educação e a elas deve ser dada a oportunidade de obter e manter um nível aceitável de conhecimento:

Toda criança tem características, interesses, capacidades e necessidades de aprendizagem que lhe são próprios;

Os sistemas educativos devem ser projetados e os programas educacionais aplicados de modo que tenham em vista a gama dessas diferentes características e necessidades;

As pessoas com necessidades especiais educacionais devem ter acesso às escolas comuns que deverão integrá-las numa pedagogia centrada na criança, capaz de atender a essas necessidades;

As escolas comuns, com orientação integradora, representam o meio mais eficaz de combater atitudes discriminatórias, de criar comunidades acolhedoras e dar educação para todos;

Melhorar a eficiência e, certamente, a relação custo-benefício de todo o sistema educativo. (DECLARAÇÃO DE SALAMANCA, 1994, p. 10)

Segundo Carvalho (2007) a sociedade inclusiva e a escola inclusiva têm angariado a simpatia dos pais, dos educadores e da sociedade em geral. O movimento de inclusão está implícito nos ideais democráticos aceitos e proclamados universalmente.

O ser humano, eminentemente social, obtém benefícios ao relacionar-se com o meio social e a segregação constitui-se em um obstáculo que pode estacionar o seu desenvolvimento pleno. A inclusão vem ao encontro de uma necessidade íntima de todo ser humano. Nesse sentido incluir é exatamente fazer com que os que estão fora, por não conseguirem o desempenho almejado ou os que jamais entraram por não serem adequados ao sistema de educação excludente, façam parte do sistema educacional atual e recebam por direito uma educação de qualidade, adequada às suas necessidades.

Concordando com Carvalho, Fávero (2007) enfatiza que a inclusão escolar é aquela que se organiza para receber, no mesmo ambiente escolar todos os alunos portadores ou não de limitações significativas, de acordo com o que afirma a constituição do nosso país.

Para Martins (2003) a inclusão surge como um desafio para os com necessidades educativas especiais, como é o caso dos portadores de deficiência mental, mas é uma proposta que visa oferecer oportunidades educacionais adequadas a estes indivíduos, que ao longo dos anos vem sofrendo com o processo de exclusão social. A inclusão seria uma forma de respeitar a diversidade, o diferente, incluindo todos dentro do universo escolar e social. O que, no entanto, pressupõe uma escola e profissionais que sejam capazes de atender às suas especificidades, suas dificuldades, trabalhando suas limitações e habilidades.

Para Mantoam (2006) a escola inclusiva deve acolher todos os seus alunos, independentemente de suas condições sociais, emocionais, físicas, intelectuais, linguísticas, entre outras.

Ao receber todos na escola com as suas diversas características é necessária uma mudança urgente em todos os aspectos, principalmente nos aspectos que foram o motivo da segregação e exclusão: currículo escolar, alto índice de reprovação e a forma tradicional de ensino.

Mas, para tanto, propõem Vieira e Pereira (2003) que o currículo escolar para alunos com deficiência mental deve seguir os seguintes objetivos: - reforço da formação geral; desenvolvimento de aptidões genéricas para a vida ativa e hábitos de trabalho; permitir ao aluno o máximo de desenvolvimento pessoal nas suas vertentes individual e social, respeitando o direito à diversidade; além de incidir nos aspectos físicos, afetivos e intelectuais de forma global, em cada momento evolutivo e em função dos diferentes contextos da vivência do aluno.

É importante ressaltar que a diferença entre as pessoas e a diferença na escola pode contribuir para a superação da forma tradicional de ensino. Segundo Mantoam (2006) superar o ensino tradicional é o propósito urgente a ser efetivado.

Pacheco (2007) concorda com Mantoan em relação ao rompimento da velha forma tradicional de trabalho, na importância da interação dos alunos com os colegas e sugere que os professores busquem na equipe de apoio a aprendizagem a

solução para os problemas que enfrentam em sua sala de aula e enfatiza que a escola é responsável pelo ensino de qualidade para todos os alunos.

Superar o ensino tradicional e todas as ações inerentes a este ensino pressupõe uma formação continuada dos professores e que essa formação tenha como objetivo capacitar os docentes a atender as mais diversas formas de aprendizagem.

A segregação de um ser humano não tem mais lugar na sociedade contemporânea, a inclusão escolar e em todos os ambientes de nossa sociedade é um desafio urgente que exigirá de todos o rompimento de preconceitos herdados de uma sociedade excludente que não trouxe benefícios humanos e sociais. A inclusão contribuirá com a paz e a justiça social a todos os envolvidos.

2.1 PROBLEMA DE PESQUISA

Como adequar à educação do ensino fundamental inserindo aluno com necessidade de AEE, com foco nos transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades e um profissional de AEE em sala de aula comum a todos os alunos?

2.2 PROBLEMATIZAÇÃO E JUSTIFICATIVA

O atendimento educacional especializado foi criado para dar um suporte e facilitar o acesso ao currículo, destinando-se aos alunos com deficiência física, deficiência mental, alunos com surdez, cegueira, baixa visão, surdo cegueira, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades.

Conforme o documento Atendimento Educacional Especializado – Deficiência Mental (MEC 2007, p 17):

O atendimento educacional especializado decorre de uma nova visão da Educação Especial, sustentada legalmente e é uma das condições para o sucesso da inclusão escolar dos alunos com deficiência. Esse atendimento existe para que os alunos possam aprender o que é diferente do currículo do ensino comum e que é necessário para que possam ultrapassar as barreiras impostas pela deficiência.

O AEE é um serviço da Educação Especial que identifica, elabora e organiza recursos pedagógicos e de acessibilidade que eliminem barreiras para a plena participação dos alunos, considerando suas necessidades específicas. Ele deve ser articulado com a proposta da escola regular, embora suas atividades se diferenciem das realizadas em salas de aula de ensino comum. (MEC, 2009)

Este tema necessita de uma abordagem mais aprofundada, pois a própria Legislação diverge sobre o tema, onde a Constituição aponta para um ensino inclusivo, a LDBEN do MEC aponta para um ensino exclusivo.

Conforme Constituição Federal (Art. 208,1988):

Art. 208. O dever do Estado com a educação será efetivado mediante a garantia de: (EC no 14/96, EC no 53/2006 e EC no 59/2009)

...

III – atendimento educacional especializado aos portadores de deficiência, preferencialmente na rede regular de ensino;

...

Conforme as Diretrizes Nacionais para Educação Especial na Educação Básica (MEC; SEESP, 2001, p. 47):

4.1 – Na organização das classes comuns, faz-se necessário prover:

a) Professores das classes comuns e da educação especial capacitados e especializados, respectivamente, para o atendimento às necessidades educacionais especiais dos alunos.

Conforme a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Art. 58,1996):

Art. 59. Os sistemas de ensino assegurarão aos educandos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação: (Redação dada pela Lei nº 12.796, de 2013)

I - ...

II -;

III - professores com especialização adequada em nível médio ou superior, para atendimento especializado, bem como professores do ensino regular capacitados para a integração desses educandos nas classes comuns.

Em pesquisa realizada por Aleksandra Debom Garcia, Fatima Gomes Nogueira Daguiel e Fernanda Pereira Santana Francisco (2009) foi relatada a dificuldade de se estabelecer o acompanhamento especializado de AEE em sala de aula comum a todos os alunos (2009, p. 4):

Ao realizar este trabalho encontro dificuldades, de um espaço físico para trabalhar dignamente, mobiliário adequado, principalmente com alunos da educação infantil, computadores disponíveis para uso dos alunos junto ao professor e recursos pedagógicos que propiciem atividades diferenciadas e de utilidade para a vida do aluno.

No que se refere ao processo de inclusão destes alunos, acredito no AEE para alcançar este objetivo, mas percebo a necessidade de que os alunos jovens possam se beneficiar também com o trabalho de oficinas pedagógicas funcionais, salas de convivência e oficinas profissionalizantes para favorecer a entrada no mercado de trabalho.

Outra abordagem interessante sobre a inclusão dos alunos com necessidade de AEE em sala de aula comum foi a implantada na Rede Municipal de ensino da cidade de Venda Nova do Migrante - ES, a qual prevê a presença de um Profissional de Apoio sempre que necessário junto com o aluno em sala de aula.

Conforme Proposta Pedagógica da Rede municipal de Ensino de Venda Nova do Migrante - ES (2016,P,24):

- Cabe ao profissional de apoio conduzir o aluno no ambiente escolar, quando necessário;
- Cuidar da parte de higiene;
- Cuidar do processo de alimentação;
- Acompanhar o aluno na sala de aula regular;
- Dar suporte a outras crianças e adolescentes com NEE quando o aluno de NEE, a quem auxilia, por algum motivo, não estiver na escola;
- Ajudar na confecção de jogos e tecnologias assistivas (TA).

A partir deste contexto surge a necessidade de realizar o questionamento base, sendo que a busca de sua resposta norteará os caminhos que a pesquisa

deverá percorrer: Como a rede municipal de Barretos está organizada quanto ao atendimento dos estudantes com transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades em sala de aula comum?

Conforme Atendimento Educacional Especializado – Deficiência Mental (MEC 2007, p 21):

O papel da educação especializada tem sido o de tentar, adaptar os alunos com deficiência mental às exigências da escola comum tradicional. Assim, durante anos e mesmo até hoje, há os que acreditam que a inclusão só é possível em alguns casos, apenas para os alunos adaptáveis ao modelo excludente dessa escola.

3 DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

A presente pesquisa teve por objetivo levantar dados concretos a respeito do tema do presente trabalho, do qual passaremos a descrever detalhadamente, os principais pontos do objetivo, e ao mesmo tempo comparando com as respostas dos entrevistados, bem como validando ou não tal questionamento proposto no cerne deste projeto.

3.1 Possíveis dificuldades encontradas no processo de inclusão educacional na Escola Municipal Anália Franco.

O Atendimento Educacional Especializado – Deficiência Mental (MEC 2007, p 21), relaciona que “o papel da educação especializada tem sido o de tentar, adaptar os alunos com deficiência mental às exigências da escola comum tradicional”, objetivo este também proposto no processo de inclusão vivenciado na experiência de Proposta Pedagógica da Rede municipal de Ensino de Venda Nova do Migrante – ES, o qual serviu de referência durante o desenvolvimento da problemática desta pesquisa.

Para esta fase de análise da pesquisa, cumpre elencar as funções previstas no Edital de Abertura de Inscrições - Processo Seletivo Externo n.º 002/2016 (2016, p 8 e 9) :

- 2.1. Atuar em toda a Educação Básica;
- 2.2. Dar apoio às atividades de locomoção, higiene, alimentação, aos alunos que não realizam essas atividades com independência, conforme as especificidades apresentadas pelo aluno, relacionadas à sua condição de funcionalidade e não a condição de deficiência;
- 2.3. Entender sobre cuidados básicos de atividades de vida diária e prática do cotidiano dos alunos (dar lanche aos que apresentam dificuldades motoras dos membros superiores, realizar a higiene bucal após a alimentação e nos casos de sialorréia, e a higiene corporal/íntima e trocas de fraldas e de vestuário);
- 2.4. Saber abordar o aluno para os cuidados pessoais, bem como o auxiliá-lo para o uso do banheiro;
- 2.5. Auxiliar parcialmente ou realizar pelo aluno atividades de vestir, deambular ou locomover, manipular objetos, sentar, levantar, transferência postural, escrever, digitar, comunicar-se, orientar-se espacialmente, brincar e outras;
- 2.6. Compreender indicações básicas contidas no histórico escolar do aluno com referência às necessidades educacionais especiais;

- 2.7. Ter conhecimento de quando uma situação requer outros cuidados fora aquele de seu alcance e do âmbito da escola;
- 2.8. Atuar de forma articulada com o professor da sala comum, da sala de Atendimento Educacional Especializado, não tendo a atribuição de desenvolver atividades educacionais diferenciadas e nem responsabilizar-se pelo ensino do aluno;
- 2.9. Contribuir para o oferecimento de espaço físico e de convivência adequado à segurança, ao desenvolvimento, ao bem-estar social, físico e emocional do aluno nas dependências das unidades escolares;
- 2.10. Observar regras de segurança no atendimento ao aluno e na utilização de materiais, equipamentos e instrumentos durante o desenvolvimento das rotinas diárias;
- 2.11. Observar as alterações físicas e de comportamento, desestimulando a agressividade;
- 2.12. Dominar noções primárias de saúde;
- 2.13. Acompanhar o aluno em atividades sociais e culturais programadas pela unidade escolar;
- 2.14. Atender mais de um aluno, observando os registros feitos no ato da matrícula, em entrevista com os pais ou responsáveis, pessoas da convivência diária com as crianças assim como os profissionais responsáveis pelo seu atendimento;
- 2.15. Colaborar na execução de atividades que visem à desestimulação da agressividade sob a orientação e supervisão do Professor Regente da sala;
- 2.16. Participar de programas de capacitação corresponsável;
- 2.17. Executar outras atividades semelhantes e pertinentes ao cargo, quando da ausência do aluno, em períodos diários ou mais prolongados, determinadas pelo superior hierárquico.

Gestão está relacionada à atuação que objetiva promover a organização, a mobilização e a articulação de todas as condições materiais e humanas necessárias para garantir o avanço dos processos socioeducacionais dos estabelecimentos de ensino, orientados para a promoção efetiva da aprendizagem pelos alunos.

A estrutura física da Escola Municipal Anália Franco: É uma estrutura baixa. Mas atende todas as necessidades. Possui 06 salas de aula; biblioteca com um acervo grande; os banheiros são espaçosos e adaptados; na cozinha tem fogão industrial, geladeiras, frizer, utensílios necessários para o preparo de todas as

refeições feitas na escola; a sala dos professores tem mesa, computador, televisor; a escola possui também sala de informática com vários computadores; sala de AEE munida de todo um aparato para atender as crianças necessitadas de atendimento especializado; possui dois pátios, um aberto e outro fechado; tem uma secretaria equipada; várias árvores e todas as salas são climatizadas com aparelhos de ar condicionado. Atende de maneira muito boa os quesitos para inclusão dos alunos com necessidade AEE.

Este fato foi corroborado durante a coleta de dados através dos roteiros de entrevista aplicados, onde cem por cento dos professores e oitenta por cento dos “cuidadores” consideraram as instalações da escola, de boa a ótimas condições para inclusão dos alunos com necessidade de AEE.

O desenvolvimento desta pesquisa foi muito importante para levantar a real situação existente logo após a posse dos cuidadores em suas respectivas escolas, pois até então ainda não havia um estudo focado no choque entre as atividades previstas em Edital do Concurso e a realidade enfrentada por estes profissionais diariamente em suas respectivas salas de aulas.

Durante o desenvolvimento da pesquisa houve necessidade de confrontar algumas estruturas com o Projeto Político Pedagógico (PPP) da Escola, o que não foi possível, pelo fato de não existir o referido documento, e esta realmente foi uma grande dificuldade encontrada sem o qual foi difícil identificar algumas estruturas e responsabilidades.

3.2 Papéis do “cuidador” e do professor, quanto aos cuidados e na docência do aluno com necessidade de AEE.

Ao receber todos na escola com as suas diversas características é necessária uma mudança urgente em todos os aspectos, sendo importante ressaltar que a diferença entre as pessoas e a diferença na escola pode contribuir para a superação da forma tradicional de ensino. Segundo Mantoan (2006) superar o ensino tradicional é o propósito urgente a ser efetivado. Fávero (2007) enfatiza ainda que a inclusão escolar é aquela que se organiza para receber, no mesmo ambiente escolar todos os alunos portadores ou não de limitações significativas, de acordo com o que afirma a Constituição do nosso País.

Durante a realização das pesquisas, primeiro com os professores, as respostas obtidas apontam diretamente para esta necessidade urgente em acolher na escola o

“especial”, mas também aponta para a necessidade urgente do aprofundamento na qualificação deste profissional. Todos os professores Entrevistados afirmam ter dificuldade em realizar o planejamento de aula incluindo o aluno com necessidade AEE, isto com certeza em virtude da ausência de qualificação específica na área.

A entrevista detectou ainda o dilema principal do professor, preocupar-se com a turma ou com o aluno com necessidade AEE, e neste caso a preocupação será a turma, pois aquele aluno possui um “cuidador”. Esta resposta mostrou claramente a necessidade da existência de outro profissional dentro de sala de aula, neste caso “cuidador”, pois todos os professores Entrevistados afirmaram depender muito da presença deste profissional em sala de aula, seja nos cuidados diários ou para que, em determinado momento o próprio professor não se perca durante a execução da aula.

A pesquisa com os “cuidadores” aponta na direção de simbiose com os professores de sala de aula, pois estes também se deparam com um grande dilema em sua realidade diária: exercerem simplesmente o papel previsto no seu edital de concurso, os cuidados diários e necessidades básicas do aluno portador necessidade de AEE, ou atender o chamado que se apresenta dentro de sala de aula, quando seu papel precisa ir além do simples expectador.

Conclui-se que o papel do professor está bem definido e claro dentro da inclusão, ensinar a todos e em coordenação com o profissional de AEE desenvolver as ferramentas necessárias para minimizar o impacto da inclusão na turma como um todo. Os cuidadores primeiramente destinados a acompanhar aluno com necessidade de AEE em suas necessidades básicas, devem ser exclusivamente expectadores do processo, mas durante a execução da pesquisa percebe-se que na prática seu papel tem se tornado bem mais complexo.

3.3 Ausência de formação específica em pedagogia, dentre os profissionais que exercem a função de auxiliares do profissional do AEE na Escola Municipal Anália Franco no Município de Barretos.

Para um modelo de escola inclusiva que contemple todas as diversidades existe a necessidade de especialização de todos envolvidos no processo de ensino, e neste sentido Pacheco (2007) concorda com Mantoan em relação ao rompimento da velha forma tradicional de trabalho, na importância da interação dos alunos com os colegas e sugere que os professores busquem na equipe de apoio a aprendizagem a solução

para os problemas que enfrentam em sua sala de aula e enfatiza que a escola é responsável pelo ensino de qualidade para todos os alunos.

Superar o ensino tradicional e todas as ações inerentes a este ensino pressupõe uma formação continuada dos professores e que essa formação tenha como objetivo capacitar os docentes a atender as mais diversas formas de aprendizagem.

Sobre o prisma do contexto acima, nossa pesquisa qualitativa, neste ponto foi competente para fornecer um dado quantitativo, porque de maneira proposital, a resposta às perguntas: “ Em sua opinião quais qualificações você deveria possuir para iniciar o trabalho com o aluno com necessidade de AEE?” e “Como foi realizada sua capacitação?”; nos permitiu identificar com clareza o nível de formação do profissional de cuidados diários.

Ao responderem qual qualificação você julga necessário possuir, oitenta por cento dos “cuidadores” disse que a formação em Pedagogia é primordial, outros vinte por cento acreditam que conhecimentos sobre a patologia de seu aluno os ajudariam a desenvolver melhor suas funções. No tocante a resposta acerca de como fora capacitado para função, cem por cento dos abordados afirmaram terem recebido um palestra de quatro horas de duração antes de assumirem a função, e destes, sessenta por cento julgaram esta atividade muito abrangente para sua atividade específica junto ao aluno assistido.

Alude-se, portanto, claramente sem grandes aprofundamentos, que existe uma carência de formação, e quando o Entrevistado diz ser necessária formação em pedagogia podemos inferir que esta necessidade advém exatamente da realidade encontrada por este profissional dentro do ambiente escolar, pois também ficou evidente ser quase impossível para o “cuidador” desempenhar somente as funções a ele designadas por força de Edital de concurso e fechar os olhos para o clamor daquilo que se apresenta diariamente dentro de sala de aula.

4 CONCLUSÕES

Nas escolas de ensino regular o AEE deve acontecer em salas de recursos multifuncionais que é um espaço organizado com materiais didáticos, pedagógicos, equipamentos e profissionais com formação para o atendimento às necessidades educacionais especiais, projetadas para oferecer suporte necessário à estes alunos, favorecendo seu acesso ao conhecimento. (MEC, 2007). O atendimento educacional especializado é muito importante para os avanços na aprendizagem do aluno com deficiências na sala de ensino regular. Os professores destas salas devem atuar de forma colaborativa com o professor da classe comum para a definição de estratégias pedagógicas que favoreçam o acesso ao aluno ao currículo e a sua interação no grupo, entre outras ações que promovam a educação inclusiva.

A experiência, no entanto de trazer o aluno com necessidade AEE para dentro de sala de aula regular, junto com outros alunos, com o uso do profissional auxiliar de cuidados diários “cuidador”, trouxe novas indagações, aqui exploradas durante a execução deste projeto.

O atendimento educacional especializado tem grande importância para ajudar o aluno com deficiência a se desenvolver na vida escolar, pessoal, social e favorecer a sua inclusão na escola. Quanto mais o AEE acontecer nas escolas regulares nas que os alunos com deficiências estejam matriculados mais trará benefícios para esses, o que contribuirá para a inclusão, evitando atos discriminatórios.

A presença deste profissional dentro de sala de aula, neste modelo de inclusão implantado em Barretos/SP é de fundamental importância, pois ao interagir somente com seu aluno AEE, o “cuidador” permite que o professor da turma concentre seus esforços no coletivo da turma.

Há que se trazer a tona, no entanto que o propósito do Edital de concurso, concernente às atividades deste profissional, não teve a abrangência necessária sobre todos os aspectos envolvidos nesta tarefa, pois ele focou apenas no acompanhamento das necessidades físicas do com necessidade de AEE, quando na verdade suas maiores necessidades, não obstante suas limitações físicas são as de aprender, ou seja, conseguir acompanhar sua turma, sua classe.

Neste contexto e de posse de todo material colocado durante a discussão dos resultados nos vemos diante de três oportunidades de melhoria: as possíveis dificuldades encontradas no processo de inclusão educacional na Escola Municipal

Anália Franco; papéis do “cuidador” e do professor, quanto aos cuidados e na docência do aluno com necessidade de AEE; e ausência de formação específica em pedagogia, dentre os profissionais que exercem a função de auxiliares do profissional do AEE na Escola Municipal Anália Franco no Município de Barretos.

Resolver estas questões significa aprimorar este processo, e podemos apontar com grande certeza que no momento em que resolvermos a primeira questão, as dificuldades encontradas, sendo neste caso a maior delas a falta de qualificação apropriada, resolvermos a segunda que fala sobre limites de responsabilidade de cada profissional, nos depararemos com a terceira, a falta de qualificação em pedagogia, condição precípua para que o “cuidador” possa efetivamente secundar o professor da turma, pois sem a mesma ele apenas funcionará como um paliativo que nunca atacará a raiz do problema.

Finalmente podemos concluir então que se formou um ciclo vicioso, que poderá ser rompido através de duas maneiras: uma ação particular de cada Direção escolar envolvida, facilitando cursos e aperfeiçoamentos, o que também será uma solução temporária; ou ainda de maneira mais profunda e definitiva, sensibilizar a Secretaria de Educação no sentido de alterar os termos do Edital no que tange a qualificação, exigindo como condição básica para ingresso nesta carreira a formação em Pedagogia, pois não se trata de um cargo de pajem, mas um educador qualificado que trabalhará com alunos que na maioria esmagadora dos casos necessitam de técnicas especiais de docência.

Estes podem ser os primeiros passos, a conscientização dos gestores envolvidos nesta atividade de AEE, sobre a necessidade de mitigar a carência de uma formação especializada inerente ao cargo de cuidador, por força de edital de concurso. Em segundo lugar incentivar os “cuidadores” a não se acomodarem com sua condição, mas seguir buscando se apropriar de conhecimentos que os possam ajudar a trabalhar e exercer melhor suas funções, tendo como objetivo entender melhor o “seu” aluno monitorado e assim todos saem ganhando.

REFERÊNCIAS

Adriana L. Limaverde Gomes, Anna Costa Fernandes, Cristina Abranches Mota Batista, Dorivaldo Alves Salustiano, Maria Teresa Eglér Mantoan, Rita Vieira de Figueiredo. **Atendimento Educacional Especializado – Deficiência Mental**. Brasília/DF: SEESP / SEED / MEC, 2007. Disponível em <http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/aee_dm.pdf> Acesso em 23/3/17.

Aleksandra Debom Garcia, Fatima Gomes Nogueira Daguiel, Fernanda Pereira Santana Francisco. **Atendimento Educacional Especializado. UFRJ 2009**. Disponível em <<http://www.ufrj.br/graduacao/prodocencia/publicacoes/tecnologia-assistiva/Curso de Extensão em Educação Especial na perspectiva da Educação Inclusiva estratégias pedagógicas para favorecer a inclusão escolar>>. Acesso em 11/4/17.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Biblioteca Digital da Câmara dos Deputados. Brasília/DF: 35ª Edição, 2012. Disponível em <<http://bd.camara.gov.br/bd/>> Acesso em 23/3/17.

BRASIL. Lei Nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9394.htm> Acesso em 23/2/17

CARVALHO, Rosita. **Educação inclusiva com pingos nos “is”**. 5ª Ed. Porto Alegre: Mediação, 2007.

Conforme Atendimento Educacional Especializado (AEE): garantias e orientações legais (Venda Nova do Migrante 2016). Disponível em <<http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/diretrizes.pdf>>. Acesso em 11/4/17.

UNESCO. **Declaração de Salamanca e Linha de Ação sobre Necessidades Educativas Especiais**. Brasília: CORDE, 1994.

Diretrizes Nacionais para Educação Especial na Educação Básica (MEC; SEESP, 2001 p 47). Disponível em <<http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/diretrizes.pdf>>. Acesso em 11/4/17.

Fabiane Romano de Souza Bridi. **Atendimento Educacional Especializado**. UFRGS 2009. Disponível em <<https://online.unisc.br/seer/index.php/reflex/article/viewFile/766/668>>. Acesso em 20/3/17.

Maurício Covolan Rosito, Sirlei Bortolini, Maria Isabel Accorsi (Orgs). **Atendimento Educacional Especializado na Perspectiva da Educação Inclusiva**. CORAG - Bento Gonçalves – RS, 2015. Disponível em <http://www.ifrs.edu.br/site/midias/arquivos/201552614056360042042__miolo_aee.pdf>. Acesso em 23/3/17.

MANTOAM, Maria Tereza. **Inclusão Escolar: pontos e contrapontos**. 1ª Ed. São

Paulo: Summus, 2006

Simone Ghedini Costa Milanez, Anna Augusta Sampaio de Oliveira, Andréa Regina Nunes e Misquiatti. **Atendimento Educacional Especializado para alunos com Deficiência Intelectual e Transtornos Globais do Desenvolvimento**. Serviço de Biblioteca e Documentação – Unesp - campus de Marília/2013. Disponível em<https://www.marilia.unesp.br/Home/Publicacoes/af-livro_10_milanez.pdf>. Acesso em 08/3/17.